



EDITAL N.º 232/2018 – CHAMADA PÚBLICA n.º 04/2018

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

Dispõe sobre o chamamento público visando a seleção de propostas de organizações da sociedade civil para a celebração de Parcerias em regime de mútua cooperação para execução de Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no Município de Birigui no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e define as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados.

A Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais previstas na Portaria Municipal n.º 30/2017, na qualidade de Gestora da Política de Assistência Social no Município de Birigui, Portaria Municipal n.º 06/2017, e

CONSIDERANDO a impossibilidade da Administração Pública ofertar os serviços do objeto deste Edital, tendo em vista que não dispõe de cobertura do quadro de recursos humanos adequado à garantia de um atendimento qualitativo, a falta de espaço físico equipado e a manutenção das atividades regulares com aquisição de materiais, portanto, faz-se necessário estabelecer parceria com as organizações da sociedade civil por meio de Chamamento Público;

CONSIDERANDO as Normativas Constitucionais, Leis Federais, Estaduais e Municipais como a Resolução CMAS n.º 27/2012 que aprova o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação – SMMA e Resolução CMAS n.º 33/2015 que aprova a revisão do SMMA, além de Resoluções e Orientações Técnicas que regem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre as quais destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal n.º 12.435 de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; NOB/RH – 2009, Resolução CNAS n.º 109/2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Resolução CNAS n.º 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS de 2012;

CONSIDERANDO que as parcerias do objeto do presente Edital serão formalizadas em consonância com a Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Federal n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e colaboração com organizações da sociedade



civil, institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, e n.º 9.790, de 23 de março de 1999;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 5.749, de 04 de janeiro de 2017 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil, de que trata a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 8.742/93, alterada pela Lei n.º 12.435/2011 em seu Art. 6º § 1º prevê que as ações ofertadas no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e como base de organização, a matricialidade sociofamiliar e **o território**, os serviços previstos no presente Edital, estão organizados conforme delimitação territorial construída em consonância com as metas (indivíduos e suas famílias) já em atendimento até a presente data, de acordo com a **Resolução CMAS n.º 31/2016**;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS n.º 14 de 15 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS n.º 03/2015 que define os parâmetros municipais para inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Birigui;

CONSIDERANDO as Resoluções dos demais Conselhos de Políticas Públicas Municipais pertinentes;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 6.357, de 11 de Maio de 2017 que dispõe sobre autorização às Entidades Assistenciais e Organizações da Sociedade Civil em remunerar servidores ou empregados municipais por serviços prestados, nos termos que especifica;

CONSIDERANDO as determinações das Instruções n.º 02/2016 do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente seu Título III, Capítulo I, Seção IV que trata dos Termos de Colaboração e Fomento na área municipal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DO OBJETO

Art. 1º Tornar público o presente EDITAL para apresentação de propostas e seleção de planos de trabalho de organizações da sociedade civil de atendimento, para execução em regime de mútua cooperação de



Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no Município de Birigui, por 02 (dois) anos, a partir de **01 de janeiro de 2019**, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério das partes e apresentação do Plano de Trabalho anualmente, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social a serem formalizados por meio de **Termo de Colaboração**, a seguir descritos:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

I – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em situação de vulnerabilidade e ou risco social.

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e ou risco social.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

III – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, sendo o público-alvo apenas pessoas com deficiência.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

IV – Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos em Instituição de Longa Permanência para Idosos;

V – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência – Residência Inclusiva.

Parágrafo Único: Para fins deste Edital, entidades de atendimento são aquelas de natureza privada sem fins econômicos, que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei Federal n.º 8.742/93, alterada pela Lei Federal n.º 12.435/2011 e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevista na Resolução CNAS n.º 109/2009.

Art. 2º A execução dos serviços continuados tipificados, objeto do presente Edital, no período compreendido no artigo antecedente, deverá, obrigatoriamente, estar de acordo com o estabelecido na Resolução CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), bem como princípios, diretrizes e orientações constantes nos documentos de Orientações Técnicas publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), devendo ser consideradas a caracterização do serviço prevista nos termos do Anexo I.



CAPÍTULO II – DAS METAS

Art. 3º Considerar-se-á a demanda em atendimento no Município da rede socioassistencial de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, cujo número de metas foram avaliadas, visando a obtenção de parametrização, padronização, territorialização e otimização dos custos envolvidos, em conformidade com a especificidade de cada serviço.

Art. 4º Para fins deste Edital, consideram-se metas de atendimento aquelas executadas até a presente data, sob o monitoramento do Órgão Gestor da Assistência Social, de forma que a Proposta apresentada esteja em consonância com o eixo estruturante de Gestão da Territorialização. A execução do serviço deverá ter como área de abrangência o território com maior vulnerabilidade e risco social, de acordo com a **Resolução CMAS n.º 31/2016**;

Parágrafo Único: A apresentação de propostas nos termos deste Edital vincula a organização da sociedade civil ao atendimento de metas pactuadas pela administração pública através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 5º Os Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade estão divididos a partir da descrição abaixo:

Serviço de Proteção Social Básica

I – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos com 450 metas; e adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, com 50 metas.

Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

II – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, sendo o público-alvo apenas pessoas com deficiência, com 48 metas.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

III – Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência, com 71 metas;

IV – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência na modalidade de Residência Inclusiva, com 10 metas.

Art. 6º As organizações da sociedade civil poderão apresentar propostas para a quantidade de serviços que forem de seu interesse, desde que atendidas as disposições previstas neste Edital, atentando-se para a capacidade estrutural e técnica necessária ao atendimento proposto o que será avaliado pela Comissão de Seleção.



CAPÍTULO III – DOS REPASSES

Serviço de Proteção Social Básica

Art. 7º Para desenvolvimento de **12 (doze) meses** do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 06 a 15 anos** será repassado o valor de R\$ 61.876,60 da Esfera Municipal e R\$ 147.934,60 da Esfera Estadual; **e 15 a 17 anos** será repassado o valor de R\$ 6.875,00 da Esfera Municipal e R\$ 16.437,00 da Esfera Estadual.

Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Art. 8º Para desenvolvimento de **12 (doze) meses** do **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias** (público alvo: pessoas com deficiência) será repassado o valor de R\$ 9.260,92 da Esfera Municipal e R\$ 36.748,80 da Esfera Estadual.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Art. 9º Para desenvolvimento de **12 (doze) meses** do **Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência** será repassado o valor de R\$ 30.636,21 da Esfera Municipal, R\$ 83.272,35 da Esfera Estadual e R\$ 108.000,00 da Esfera Federal;

Art. 10. Para desenvolvimento de **12 (doze) meses** do **Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência na modalidade de Residência Inclusiva** será repassado o valor de R\$ 60.000,00 da Esfera Estadual e R\$ 120.000,00 da Esfera Federal.

Art. 11. O pagamento das parcelas para as organizações da sociedade civil com parceria firmada dependerá dos repasses de recursos das esferas Federal e Estadual, haja vista que a oferta dos serviços socioassistenciais não poderão sofrer descontinuidade.

Parágrafo Único: Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

SEÇÃO I – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Art. 12. As organizações da sociedade civil interessadas na execução em mútua cooperação dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade **deverão apresentar proposta na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Birigui, no período de 22/10/2018 a 20/11/2018**, em consonância com os termos deste Edital, acompanhada do(s) Plano(s) de Trabalho por



serviço, previsão de receitas e despesas, bem como das comprovações e documentos estabelecidas nos art. 13, 14, 15, 16, 17 e 18 deste Edital, na sequência abaixo especificada e observando as providências estabelecidas nos parágrafos deste artigo:

I – Declaração dirigida à Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social indicando o número do presente Edital, bem como o Serviço de Proteção Social Básica ou Proteção Social de Média ou Alta Complexidade que pretende executar (Anexo IV, Modelo A);

II – Plano(s) de Trabalho por unidade executora, nos termos do art. 13 do presente Edital (Anexo II);

III – Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria (plano de aplicação dos recursos);

IV – Comprovações art. 17 e documentos previstos art. 18 deste Edital.

SEÇÃO II – DO PLANO DE TRABALHO

Art. 13. O Plano de Trabalho previsto no artigo antecedente deverá ser apresentado para cada um dos tipos de serviço socioassistencial, nos termos do art. 5º deste Edital, devendo conter, **no mínimo**:

I – descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II – descrição de metas a serem atingidas e de atividades a serem executadas;

III – forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas;

IV – definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V – previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria (plano de aplicação dos recursos).

Art. 14. O(s) Plano(s) de Trabalho deverão ser apresentados, em uma única proposta por serviço, em **Envelope n.º 01 lacrado**.

SEÇÃO III – DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

Art. 15. Poderão ser pagas, dentre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:



I – Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II – O pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, em qualquer proporção em relação ao valor total da parceria, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização e estejam previstos no plano de trabalho;

§ 1º O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza o reembolso das despesas após a publicação do termo de colaboração na imprensa oficial, bem como das despesas realizadas entre o período de liberação das parcelas subsequentes, desde que devidamente comprovadas pela organização, no cumprimento das obrigações assumidas por meio do plano de trabalho.

§ 2º Nos repasses de recursos a entidades do terceiro setor não se admite taxa de administração, de gerência ou de característica similar, de acordo com a Súmula Nº 41 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 16. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei Federal n.º 13.019 e suas alterações, e Decreto Municipal n.º 5.749/2017, sendo vedado:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II – remunerar com recursos da parceria cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça no órgão ou entidade pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento, bem como as pessoas indicadas no art. 39 da Lei Federal n.º 13.019 e art. 20 do Decreto Municipal;

III – adquirir equipamentos e materiais permanentes.

SEÇÃO IV – DAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS

Art. 17. As organizações da sociedade civil deverão comprovar, ainda:

I – Possuir objetivos estatutários voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e



social, em consonância com o objeto deste Edital;

II – Ter previsão em seu Estatuto Social de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos para celebração de parcerias com a administração pública e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da organização da sociedade civil extinta;

III – Ter previsão em seu Estatuto Social de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV – No mínimo 1 (um) ano de existência com cadastro ativo comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

V – Experiência prévia na realização, com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante, como por exemplo, instrumento de parceria e relatório de cumprimento do objeto firmados com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil; relatório de atividades desenvolvidas; notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas; publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento, prêmios locais ou internacionais recebidos, dentre outros;

VI – Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas;

Art. 18. Deverão ser entregues no **Envelope n.º 02 lacrado**, como parte integrante da proposta, os seguintes documentos:

I – Cópia do documento que comprove a Inscrição da organização da sociedade civil e/ou de serviço socioassistencial de Proteção Social Básica e Proteção Social de Média e Alta Complexidade, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Birigui – CMAS e de registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, quando se tratar do público de crianças e adolescentes;

II – Cópia do comprovante atualizado do Cadastro no Sistema Pró-Social do Estado de São Paulo;

III – Certidão de Regularidade Fiscal e de Dívida Ativa perante a Fazenda do Município de Birigui;

IV – Certidão de Regularidade junto a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



- V – Certidão da entidade como Entidade de Utilidade Pública e/ou Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS);
- VI – Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- VII – Certidão de Regularidade junto à Secretaria da Receita Federal;
- VIII - Certidão de Regularidade junto à Secretaria da Receita Estadual;
- IX – Certidão de Existência Jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do Estatuto registrado e de eventuais alterações;
- X – Cópia, que poderá ser digitalizada da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil registrada, que comprove a regularidade jurídica;
- XI – Endereço eletrônico da organização da sociedade civil;
- XII – Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço residencial, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e endereço eletrônico pessoal de cada um deles;
- XIII – Declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela Organização da Sociedade Civil com os recursos repassados de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas na Lei Municipal Nº 6.357/2017 .
- XIV – Cópia do Estatuto Social e suas alterações registradas, podendo ser digitalizada, que estejam em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei n.º 13.019/14 e no art. 14 do Decreto Municipal n.º 5.749/17, que comprove a regularidade jurídica;
- XV – Cópia, que poderá ser digitalizada, de documento como contrato de locação, conta de consumo, entre outros que comprove que a organização da sociedade civil tem como domicílio fiscal de sua sede administrativa o endereço registrado no CNPJ;
- XVI – Documentos que comprovem a experiência prévia e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, conforme art. 15, parágrafos 2º, e seus incisos do Decreto Municipal n.º



5.749/17;

XVII – Declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre as instalações e condições materiais da organização, quando essas forem necessárias para a realização do objeto pactuado (Anexo IV – Modelo B);

XVIII – Prova da propriedade ou posse legítima do imóvel como escritura, matrícula do imóvel, contrato de locação, comodato ou outro tipo de relação jurídica, caso seja necessário à execução do objeto pactuado;

XIX – Declaração informando a inexistência, nos cargos de direção, de membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do município de Birigui, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Anexo IV – Modelo C);

XX – Declaração de que a organização da sociedade civil (Anexo IV – Modelo D):

a. não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, que não tenham sido sanadas e/ou quitados os débitos, reconsiderada ou revista a decisão de rejeição, ou ainda a referida decisão esteja pendente de recurso com efeito suspensivo;

b. não foi punida com nenhuma das sanções estabelecidas nas alíneas "a" a "d" do inciso V, do art. 39 da Lei Federal n.º 13.019/2014, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parcerias;

c. não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos.

XXI – Declaração de que não há, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil, pessoas (Anexo IV – Modelo E):

a. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b. julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c. consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal no 8.429/92.



XXII – Declaração informando o estabelecimento bancário, número da agência e da conta corrente específica para a movimentação dos recursos públicos oriundos do presente Edital em instituição financeira pública a ser indicada pelo Município (Anexo IV - Modelo F).

Parágrafo Único: Todas as declarações de que tratam o presente artigo deverão ser subscritas pelo(s) representante(s) legal(is) da organização da sociedade civil e impressas em seu papel timbrado.

CAPÍTULO V – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 19. O(s) Plano(s) de Trabalho contido(s) na(s) proposta(s) será(ão) analisado(s), aprovado(s) e classificados(s) por comissão de seleção, composta por, pelo menos, 03 (três) servidores ocupantes de cargo efetivo da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), a serem designados por meio de Portaria Municipal no Diário Oficial do Município, antes do período de análise e classificação das propostas que ocorrerá do dia 21 a 27/11/2018.

§ 1º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das organizações da sociedade civil participantes do chamamento público.

§ 2º Na hipótese de ser caracterizado o impedimento de que trata o parágrafo antecedente, deve o membro da Comissão de Seleção ser imediatamente afastado, sendo substituído por outro que possua qualificação técnica equivalente.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA PONTUAÇÃO

Art. 20. Cumpridos os procedimentos supra, os envelopes com as propostas serão abertos pela Comissão de Seleção para a análise que fará a classificação da proposta de cada serviço, divulgando o resultado nos mesmos meios de publicação deste Edital, cuja publicação servirá para cientificar os proponentes desse resultado.

Art. 21. A Comissão de Seleção emitirá parecer técnico levando em consideração os seguintes aspectos:

I – **Qualificação Técnica:** A análise do ponto de vista da Qualificação Técnica observará se a proposta contempla ações e estratégias operacionais compatíveis com a Política Nacional de Assistência Social, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, com as Orientações Técnicas para o Serviço, bem como, se apresenta quadro de recursos



humanos e estrutura física disponível, suficiente e necessária para o desenvolvimento do serviço.

II – Viabilidade Financeira para Execução: A análise do ponto de vista da Viabilidade Financeira para Execução, observará se a proposta apresenta coerência entre a previsão de custeio com o conteúdo das ações a serem desenvolvidas. Ainda, se a organização da sociedade civil proponente conta com mantenedora, parcerias que contribuam positivamente para execução dos serviços.

Parágrafo Único: Com base nos aspectos supraelencados a Comissão de Seleção atribuirá pontuação entre 0 e 10 para cada item da ficha de avaliação constante do Anexo III deste Edital, sendo pontuação máxima de 100 pontos, decorrentes da soma de cada item. Serão classificadas as propostas com pontuação entre 50 e 100 pontos. Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas que não atingirem 50 pontos.

Art. 22. Ocorrendo empate terá preferência a Organização da Sociedade Civil com maior tempo de parceria com o município por meio de Termo de Ajuste na execução do serviço de forma continuada e cumprimento das metas de atendimento pactuadas e, persistindo o empate será beneficiada a Organização da Sociedade Civil com maior tempo de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ininterrupto ou não.

Art. 23. Organizações da Sociedade Civil com inscrição no CMAS, serão consideradas habilitadas ao cofinanciamento desde que o Plano de Trabalho apresentado esteja em consonância com o eixo estruturante de Gestão da Territorialização. A execução do serviço deverá ter como área de abrangência o território com maior vulnerabilidade e risco social.

Parágrafo Único: Organizações da Sociedade Civil com inscrição no CMAS, serão consideradas habilitadas ao cofinanciamento desde que tenham prestado o serviço de forma ininterrupto, continuado e realizado o cumprimento da meta de atendimento estabelecida no Plano de Trabalho.

Art. 24. Serão consideradas aptas ao cofinanciamento as propostas que guardarem consonância com a legislação afeta, com as condições estabelecidas neste Edital e os critérios de avaliação constituídos pela Comissão de Seleção.

Art. 25. Em caso de divergência entre as informações contidas em documentação impressa e no Plano de Trabalho apresentado, prevalecerão as do Plano de Trabalho.

Art. 26. Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das regras e condições previstas neste Edital.



Art. 27. A previsão de receitas e despesas de que trata o artigo 15 do presente Edital não será objeto de pontuação e classificação, mas serão rejeitadas aquelas despesas que não possuam nexo de causalidade, conformidade com o objeto da parceria e o cumprimento das normas pertinentes.

Art. 28. Serão apresentadas pela Comissão de Seleção, através de formulário próprio, a análise e pontuação das propostas com o devido parecer, conforme Anexo III.

Art. 29. Havendo mais de uma Organização da Sociedade Civil habilitada no mesmo serviço de forma que se supere ou não atinja o número de metas disponíveis, a Comissão de Seleção poderá propor às referidas Organizações da Sociedade Civil a adequação do número de metas proposta, considerando o interesse público, a disponibilidade e capacidade de atendimento. No caso de retificação das propostas, a Comissão de Seleção terá mais 02 (dois) dias para nova avaliação das propostas, postergando os demais prazos.

Art. 30. No caso de desclassificação de TODAS as propostas, a Comissão de Seleção poderá conceder prazo de até 02 (dois) dias úteis para alteração das propostas, a fim de que possam atender ao disposto no Edital. Neste caso deverá ser realizada publicação nos meios de comunicação, expondo os motivos e estabelecendo novos prazos.

Art. 31. A Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social homologará o resultado preliminar e divulgará a classificação dos Planos de Trabalho no Diário Oficial do Município e em seu sítio oficial na internet em até 30/11/2018.

CAPÍTULO VII – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 32. As organizações da sociedade civil participantes poderão interpor recurso ao resultado da classificação dos Planos de Trabalho, endereçando suas razões de inconformidade à Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, através de documento subscrito pelo(s) seu (s) representante(s) legal(is), a ser protocolizado na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em 02 (dois) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial do Município e em seu sítio oficial na internet.

Parágrafo Único: Em sede de recurso, não serão aceitas e analisadas informações, novos documentos ou complementações que não estejam contidos na proposta originalmente apresentada.

Art. 33. Havendo interposição de recurso, a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social dará ciência aos demais interessados, por meio de publicação no Diário Oficial do Município e encaminhará os recursos para que sejam analisados pela Comissão de Seleção responsável pela análise e pontuação impugnadas.



Art. 34. A Comissão de Seleção analisará os recursos no prazo de 02 (dois) dias úteis, podendo, fundamentadamente, reconsiderar:

I – a desclassificação;

II – a pontuação.

§ 1º Em caso de reconsideração da desclassificação, a Comissão procederá a análise e pontuação da proposta para nova classificação.

§ 2º A Comissão de Seleção poderá solicitar manifestação das áreas técnicas, financeira e/ou jurídica da secretaria, visando subsidiar a análise dos recursos.

Art. 35. Serão concedidas vistas dos autos às organizações da sociedade civil para contrarrazões por prazo igual ao de interposição de recursos.

Art. 36. Após a análise e manifestação da Comissão de Seleção, a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social proferirá decisão final sobre os recursos.

§ 1º Da decisão final não caberá novo recurso.

Art. 37. Será indeferido o recurso apresentado fora do prazo ou que não esteja de acordo com o estipulado neste Edital.

Art. 38. Após o julgamento dos recursos nos termos do art. 36 deste Edital ou transcurso do prazo sem interposição, a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social homologará o resultado final da seleção e classificação das Organizações da Sociedade Civil, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no sítio oficial na internet até o dia 07/12/2018.

Parágrafo Único: A homologação não gera direito para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria.

CAPÍTULO VIII – DAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Art. 39. As comprovações e documentos elencados nos artigos 17 e 18 deste Edital não serão considerados para fins de pontuação e classificação das propostas de que trata o Capítulo IV deste Edital, visto que somente serão analisados após o encerramento da etapa competitiva e da ordenação das propostas,



conforme art. 30 do Decreto Municipal n.º 5.749/17.

Art. 40. Caso verificada inconformidade nos documentos apresentados como requisitos para a celebração da parceria poderá notificar a Organização da Sociedade Civil para que providencie a regularização, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de não celebração do Termo de Colaboração.

Parágrafo Único: Não havendo outras organizações da sociedade civil classificadas para a execução do objeto da parceria, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, em decisão fundamentada, a critério da administração pública.

Art. 41. Em caso de não preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 17 e 18 deste Edital, para a celebração da parceria ou, incidência nos impedimentos elencados no Capítulo IX, a Organização da Sociedade Civil imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ela apresentada, sendo-lhe assinalado prazo não inferior a 03 (três) dias úteis para apresentação do(s) plano(s) de trabalho, documentos e declarações previstos neste Edital.

Art. 42. Para a celebração do termo de colaboração a organização da sociedade civil deverá, ainda:

I – manter atualizados, até a celebração, bem como durante toda a vigência da parceria, as comprovações e os documentos previstos nos artigos antecedentes;

II – estar em dia com a prestação de contas de recursos públicos recebidos anteriormente;

III – não constar em cadastro municipal, estadual e federal de apenadas e ou inadimplentes.

Art. 43. Os termos de colaboração celebrados serão formalizados na forma da minuta que integra o presente Edital de Chamamento (Anexo V).

CAPÍTULO IX – DOS IMPEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 44. Ficam impedidas de participar do presente Edital a organização da sociedade civil que:

I – não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II – esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da



Administração Pública direta ou indireta do município de Birigui, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral e por afinidade, até o terceiro grau;

IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, salvo se:

- a. for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b. for reconsiderada ou revista a decisão de rejeição;
- c. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V – tenha sido punida com uma das sanções estabelecidas no artigo art. 20 do Decreto Municipal n.º 5.749/17, pelo período que durar a penalidade;

VI – tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII – tenha, entre seus dirigentes, pessoa:

- a. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
- b. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c. considerada responsável por ato de improbidade administrativa, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/92.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo persiste o impedimento para a celebração de parcerias enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º Para fins do disposto na alínea “a” do inciso IV e § 2º deste artigo, não serão considerados débitos que



decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular de parcelamento.

§ 4º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

CAPÍTULO X – DO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 45. A gestão das parcerias será realizada por agente público com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado no Diário Oficial do Município, em data anterior à celebração dos termos de colaboração, cujas obrigações serão aquelas determinadas pelo artigo 69 do Decreto nº 5.749/17.

Art. 46. A administração pública designará, por meio de Portaria Municipal a ser publicada no Diário Oficial do Município em data anterior à celebração do Termo de Colaboração, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, que terá como atribuição a homologação do relatório emitido pelo órgão técnico da administração, independentemente da apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

CAPÍTULO XI – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 47. Os serviços socioassistenciais que compuserem os termos de colaboração serão objeto de gestão operacional de caráter público, tendo sua execução devidamente monitorada e avaliada pela administração pública.

§ 1º A gestão pública operacional e o acompanhamento da execução dos serviços citados no caput compreendem as seguintes atribuições:

I – coordenar, articular e avaliar o planejamento e o processo de execução das ações de cada um dos serviços;

II – assegurar a oferta dos serviços nos padrões de qualidade exigidos pelas normativas nacionais e municipais que regulamentam a política de assistência social;

§ 2º As ações de monitoramento e avaliação do gestor público compreendem a verificação:

I – do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

II – da permanência do quadro de Recursos Humanos (NOB/RH vigente) durante todo o período de



vigência;

III – das estratégias metodológicas conforme descritas no Plano de Trabalho apresentado.

§ 3º Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão através de:

I – análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas em cada serviço;

II – visitas técnicas in loco, previamente agendadas, ou não;

III – reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;

IV – estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários;

V – emissão de Relatório Técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 48. É dever das organizações da sociedade civil selecionadas, durante toda a execução da parceria:

I – executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com as diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas específicas para cada serviço, nos termos deste Edital ou qualquer outro que vier a alterá-lo ou complementá-lo;

II – desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, submetendo-se à gestão pública operacional do(s) serviço(s) e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas pela administração pública, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

III – informar à administração pública, por meio do Órgão Gestor de Assistência Social, a existência de vagas destinadas ao objeto do presente;

IV – prestar à administração pública, por meio do Órgão Gestor de Assistência Social todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;

V – promover, no prazo estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;

VI – participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e



capacitações;

VII – participar de reuniões dos Conselhos Municipais, fóruns e grupos de trabalho;

VIII – apresentar à administração pública, por intermédio do Órgão Gestor de Assistência Social, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual do(s) serviços executados.

Art. 49. Sem prejuízo da avaliação discriminada no artigo antecedente, a execução da parceria deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas relacionadas, ao objeto contido no Termo de Colaboração, bem como também estará sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CAPÍTULO XII – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DURANTE A EXECUÇÃO DA PARCERIA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

SEÇÃO I – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 50. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

Art. 51. As organizações da sociedade civil que formalizarem termo de colaboração com a administração pública deverão:

I – aplicar integralmente os valores recebidos em virtude da parceria estabelecida, assim como eventuais rendimentos, no atendimento do objeto do termo de colaboração firmado, em estrita consonância com o plano de aplicação financeira e cronograma de desembolso apresentados;

II – efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência do Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas, inclusive a nota fiscal eletrônica, o número do Termo, fonte de recurso e o órgão público a que se referem;

III – não repassar ou distribuir a outra organização da sociedade civil, ainda que de Assistência Social, bem como a qualquer outra pessoa jurídica, recursos oriundos da parceria celebrada;

IV – devolver, ao Fundo Municipal de Assistência Social, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em



caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, devendo comprovar tal devolução, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

§ 1º Em caso de necessidade de alteração do Plano de Aplicação de recursos financeiros, as organizações da sociedade civil poderão solicitar, por meio de ofício a pretendida alteração que será analisada tecnicamente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Gestão Financeira) e encaminhará ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para apreciação e deliberação;

§ 2º A organização da sociedade civil deverá manter e movimentar os recursos em uma conta bancária específica da parceria, sendo uma conta para cada termo a ser celebrado, em instituição financeira indicada pela administração pública.

SEÇÃO II – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 52. As organizações da sociedade civil deverão apresentar prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal n.º 5.749/2017 e pelas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vigente a época da Prestação de Contas.

SEÇÃO III – DA PERIODICIDADE E DOS PRAZOS DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 53. A entrega da prestação de contas deverá ocorrer mensalmente até o dia 15 (quinze) de cada mês, por meio do Sistema Informatizado de Prestação de Contas.

Art. 54. Caberá à administração pública a análise, por meio da Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Convênios, da prestação de contas encaminhada pela organização da sociedade civil, visando o acompanhamento da execução financeira do termo de colaboração.

Art. 55. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo, a ser determinado pelo Município, para a organização da sociedade civil saná-la, em analogia às disposições do artigo 70 da Lei Federal n.º 13.019/14.

Art. 56. A prestação de contas anual deverá obedecer às normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com prazo limite de entrega até 31 de janeiro do exercício subsequente ao desembolso das despesas, por meio do Sistema Informatizado de Prestação de Contas.

Art. 57. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos originais que a compuseram.



CAPÍTULO XIII – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 58. Serão disponibilizados, para repasses às organizações da sociedade civil selecionadas e classificadas para a execução dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no Município de Birigui, para toda a vigência do termo de colaboração, o montante de R\$ 681.041,48 (seiscentos e oitenta e um mil, quarenta e um reais e quarenta e oito centavos).

§ 1º Compõem o montante acima referido, recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, provenientes das seguintes fontes:

I – Tesouro Municipal – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
Fonte: 01 – R\$ 108.648,73 (cento e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos);

II – Estadual – Proteção Social Básica – Fonte: 197 – R\$ 164.371,60 – (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta centavos) – Vínculo Detalhado: 02.500.0001;

III – Estadual – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – Fonte: 198 – Vínculo Detalhado: 02.500.0002 – R\$ 180.021,15 (cento e oitenta mil, vinte e um reais e quinze centavos).

IV – Federal – Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência (Residência Inclusiva) – Fonte: 266 – Vínculo Detalhado: 05.500.0003; Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – Fonte: 194 – Vínculo Detalhado: 05.500.0003 – R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil).

§ 2º As parcerias terão recursos garantidos oriundos da seguinte dotação orçamentária: Unidade Gestora – 02.09.01 – Função 08.

I – Proteção Social Básica – Classificação Funcional: 08.244.0007.2.015 – Natureza de Despesa: 3.3.50.43.00;

II – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – Classificação Funcional: 08.244.0008.2.022 – Natureza de Despesa: 3.3.50.43.00;

III – Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência (Residência Inclusiva) – Classificação Funcional: 08.242.0008.2.026 – Natureza de Despesa: 3.3.50.43.00.



CAPÍTULO XIV – DA VIGÊNCIA

Art. 59. As parcerias a serem celebradas em virtude da seleção de propostas neste Edital para a execução de Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social de Média e Alta Complexidade no Município de Birigui terão vigência máxima de 12 (doze) meses, com início em 01/01/2019 e término em 31/12/2019.

CAPÍTULO XV – DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 60. A administração municipal deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento.

Art. 61. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração municipal.

Parágrafo Único: As informações de que tratam este artigo e o art. 60 deverão incluir, no mínimo:

I – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II – nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

III – descrição do objeto da parceria;

IV – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI – quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Art. 62. A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.



CAPÍTULO XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 63. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho apresentado, da Lei Federal n.º 13.019/14 e demais legislações que regulamentem a matéria, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades municipais, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CAPÍTULO XVII – DOS ANEXOS

Art. 64. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os anexos:

I – Descrição dos Serviços;

II – Plano de Trabalho;

III – Ficha de Avaliação;

IV – Modelos de Declaração;



V – Minuta do Termo de Colaboração;

VI – Termo de Ciência e Notificação.

CAPÍTULO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65. O presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data limite para entrega das propostas, por meio de manifestação escrita endereçada à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e protocolizada na própria Secretaria.

§ 1º A análise das eventuais impugnações caberá à Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no período de 03 (três) dias úteis subsequentes ao prazo assinalado no caput.

§ 2º A decisão poderá ser precedida de manifestação técnica, a critério da autoridade julgadora.

Art. 66. A administração pública, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Órgão Gestor), oferecerá orientação não obrigatória às organizações da sociedade civil que pretendam apresentar propostas, a fim de sanar eventuais dúvidas, no período de 05 a 14/11/2018, mediante agendamento prévio pelo endereço eletrônico orgaogestor@birigui.sp.gov.br

Art. 67. As organizações da sociedade civil deverão garantir medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, caso, de acordo com as características do objeto da parceria, nos termos do Anexo I (Descrição dos Serviços).

Art. 68. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SEMADS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Edital.

Art. 69. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Seleção em assembleia pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art. 70. À Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social fica reservado o direito de revogar o presente edital, por justas razões de interesse público, ou anulá-lo por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, desde que antes de assinado o Termo de Colaboração.

Art. 71. A realização do presente chamamento público, visa permitir o conhecimento das propostas para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais que atendam às necessidades do Município de Birigui,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
CNPJ 46.151.718/0001-80

assim como proporcionar maior transparência em eventual formalização de parcerias para finalidade que se propõe. Tal processo garante que a escolha se dê através de um critério objetivo e isonômico, cujo intuito é resguardar os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 72. O presente edital encontra-se disponível na página oficial da Prefeitura Municipal de Birigui, através do endereço: www.birigui.sp.gov.br e também no Diário Oficial do Município.

Art. 73. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Birigui/SP.

Birigui, 15 de outubro de 2.018.

ELIANE CRISTINA SALMEIRÃO

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social